



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UMA ANÁLISE DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL

Emile Lebrego Cardoso¹ (*), Vanusa Carla Pereira Santos², Roberta Helena Moraes Tillman³, Hélio Raymundo Ferreira Filho⁴

* Universidade do Estado do Pará, emilelebrego@gmail.com

RESUMO

Diante ao aumento da degradação ambiental, mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais, ações que promovam a sustentabilidade têm sido demandadas para que o desenvolvimento sustentável se perpetue. Desta forma, por lei as instituições federais são obrigadas a implementar um Plano de Logística Sustentável (PLS), bem como suas ações, indicadores e metas para cada deixo. As compras celebradas pelo governo representam cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, sendo assim, perante seu elevado poder de compra o modo como as instituições públicas utilizam os recursos é importante para promover o desenvolvimento sustentável. As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são um eixo presente no PLS e através destas, as instituições públicas realizam sua gestão ambiental e econômica, considerando a aquisição de produtos nocivos ao meio ambiente e socialmente responsáveis. Diante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as CPS celebradas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), investigando-se o compromisso da instituição enquanto propagadora e incentivadora do desenvolvimento nacional sustentável. Para realização do trabalho utilizou-se a metodologia de caráter dinâmico, acompanhando o processo de implementação do PLS, realizando um estudo de caso único na UFPA para obtenção de dados bibliográficos, documentais e em entrevistas semiestruturadas. Como resultado do trabalho verificou-se que a UFPA não cumpre as metas estipuladas no PLS enquanto suas ações voltadas as CPS, não há um controle sobre os gastos realizados de forma sustentável, o setor responsável pelas CPS não prepara relatórios essenciais para a revisão e adequação do plano, tornando-o falho diante a falta de avaliação e monitorização adequada.

PALAVRAS-CHAVE: GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE, ECONOMIA AMBIENTAL.

ABSTRACT

Faced with increasing environmental degradation, climate change and the scarcity of natural resources, actions that promote sustainability have been demanded in order to perpetuate sustainable development. Thus, by law, federal institutions are obliged to implement a Sustainable Logistics Plan (PLS), as well as its actions, indicators and targets for each leave. The purchases celebrated by the government represent about 13% of Brazil's Gross Domestic Product (PIB), and therefore, given their high purchasing power, the way public institutions use resources is important to promote sustainable development. Sustainable Public Procurement (CPS) is a key element in PLS and through it, public institutions perform their environmental and economic management, considering the purchase of environmentally harmful and socially responsible products. In view of the above, this work aims to analyze the CPS celebrated by the Federal University of Pará (UFPA), investigating the institution's commitment as a propagator and promoter of national sustainable development. The work was carried out using a dynamic methodology, following the process of implementation of PLS, conducting a unique case study at the UFPA to obtain bibliographic and documentary data and in semi-structured interviews. As a result of the work it was found that UFPA does not meet the goals stipulated in PLS

¹ Emile Lebrego Cardoso, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade - GEMAS/UFPA - E-mail: emilelebrego@gmail.com

² Vanusa Carla Pereira Santos, docente da Faculdade de Ciências Econômicas - Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade - GEMAS - da Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA): E-mail: vanusasantos18@yahoo.com.br

³ Roberta Helena Moraes Tillmann, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade - GEMAS/UFPA - E-mail: robertahmt@gmail.com

⁴ Hélio Raymundo Ferreira Filho, docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: helio.ferreira@uepa.br



while its actions focused on CPS, there is no control over spending conducted in a sustainable manner, the sector responsible for CPS does not prepare essential reports for the review and adequacy of the plan, making it fail in the face of lack of proper assessment and monitoring.

KEY WORDS: GOVERNANCE, SUSTAINABILITY, ENVIRONMENTAL ECONOMICS.

INTRODUÇÃO

Desde o século XX novas tecnologias vêm surgindo e com este desenvolvimento tecnológico têm-se a degradação ambiental pelo descarte de produtos pós-consumo e o crescimento da utilização dos recursos naturais no processo produtivo (LUIZ; PFITSCHER; ROSA, 2015). A forma como a sociedade vive e desenvolve-se não se sustentará por muito mais tempo, pois os recursos naturais são finitos e esgotáveis e o consumo e a produção contribuem de forma significativa neste processo de degradação e esgotamento dos recursos naturais (BRASIL, 2014).

Desta forma, visando a sustentabilidade do meio ambiente, por meio de um desenvolvimento sustentável, novos padrões de consumo e produções têm sido incentivados para a preservação destes recursos e pelo bem-estar social (BRASIL, 2014). De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), o mercado de compras governamentais correspondeu em 2017 em média a 13% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 850 bilhões, neste sentido é importante analisar o governo como um consumidor corporativo e que enquanto Estado tem o dever de garantir um meio ambiente equilibrado e servir como exemplo para práticas mais sustentáveis, inclusive no seu poder de compra.

As instituições federais de ensino desempenham um papel importante para o desenvolvimento sustentável, devido a sua participação na formação de profissionais mais atentos as questões ambientais e todas suas variáveis, econômicas, sociais. Estas instituições promovem uma sociedade mais sustentável por meio da educação e sendo exemplo de uma gestão socioambiental, sendo organizações públicas devem regular sua gestão e ensino em conformidade com as legislações ambientais vigentes, desempenhando ações de práticas sustentáveis (RIBEIRO, et al, 2018). Desta forma, objetivando a incorporação da gestão ambiental nos processos organizacionais das instituições governamentais, visando o melhor uso dos recursos naturais e o otimização dos gastos públicos, priorizando a racionalização dos bens, encaminhando resíduos para uma destinação final ambientalmente adequada, e a prática de compras sustentáveis através das licitações sustentáveis, foi instituído através do Decreto de nº 7.746/2012 o Plano de Logística Sustentável (PLS) (RIBEIRO, et al, 2018; LUIZ; PFITSCHER; ROSA, 2015).

O PLS internaliza práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de bens e serviços, além de itens mínimos que devem ser atribuídos na elaboração do plano de cada órgão, ou seja, como ele será avaliado, monitorado através de seus indicadores sobre cada ação, para possibilitar a fidelidade dos resultados alcançados (LUIZ; PFITSCHER; ROSA, 2015). As regras presentes no PLS foram estabelecidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012, que é composta por sete temas mínimos sendo eles: 1) esgoto; 2) coleta seletiva; 3) compras e contratações sustentáveis; 4) deslocamento de pessoal; 5) energia elétrica; 6) material de consumo; e 7) qualidade de vida (FRANCO et al., 2017). Portanto, o PLS é um mecanismo de gestão elaborado pelo governo para que a administração pública seja capaz de planejar, direcionar, controlar e monitorar seus atos e planos aspirando a sustentabilidade, através da contratação de bens e serviços.

As Compras públicas sustentáveis (CPS) são um dos temas presentes na elaboração do PLS, tratando-se de órgãos públicos tais como as instituições federais de ensino, é importante analisar a sustentabilidade promovida por estas, devido a sua grande demanda de recursos provenientes do seu poder de compra expressivo, é necessário que essa compra sejam feitas da forma mais socio ambientalmente respeitável possível, levando-se em consideração os impactos sociais e ambientais que esta compra ocasionará na sociedade. Para que a CPS seja praticada é fundamental adotar novos padrões de consumo e produção sustentáveis, e ao tratar-se das CPS as mesmas são efetuadas por meio de processos licitatórios regularizados pela lei federal nº 12.349/2010 que altera a lei nº 8.666/1993, incluindo a priorização de um desenvolvimento nacional sustentável por meio das licitações (DE ANDRADE, 2019).

As CPS são um processo pelo qual as organizações públicas adquirem seus bens e serviços essenciais para a administração pública que produzem impactos ambientais reduzidos ao longo de todo o ciclo de vida do produto, produtos que possuem características ambientais e sociais, além da relação custos e benefícios estritamente econômicos. Têm como objetivo incentivar fornecedores a inovarem seus processos produtivos adotando práticas sustentáveis, encorajando concomitantemente os consumidores a comprarem estes produtos sustentáveis. Estas, são eficientes ao reduzir o impacto ambiental por meio de uma compra consciente e incentivam a redução dos gastos de recursos públicos (CHENG, et al, 2018). Não se trata apenas da priorização de produtos conforme suas características ambientais, mas agregar isto à consideração de critérios técnicos de preço justo, refletindo portanto, benefícios à sociedade e à economia (DE ANDRADE, et al, 2019; BARBOSA, et al, 2018).

Desta forma, no processo de compra deve considerar-se os custo de todo o ciclo de vida do produto, sejam custos com utilização, manutenção ou eliminação, garantir a eficiência do produto para que ele seja capaz de suprir as necessidades



da administração pública, produtos que ocasionem menos danos ambientais, e à saúde humana (BARBOSA, et al, 2018).

O poder de compra atribuído as organizações públicas possuem um efeito direto nos fornecedores, sendo capaz de induzir o desenvolvimento sustentável. Os agentes responsáveis pelas CPS devem cumprir os regulamentos sustentáveis vigentes, procurando fornecedores que sejam capacitados para fornecer produtos e serviços sustentáveis (MOREIRA; GROTTA; JUNIOR, 2017). A licitação aberta para esse tipo de compra movimentada de forma considerável o mercado, representa um impacto em todas as instituições que estão atreladas as organizações públicas, devido ao consumo traduzido em despesas públicas que movimentam toda uma cadeia de suprimentos, pessoas e recursos naturais (DA SILVA; BOHNKE; DA SILVA, 2016).

A gestão de compras é uma parte importante de toda instituição, a compra sustentável também inclui comprar somente o necessário, na quantidade certa, de qualidade e fácil reparação, e reduzir a compra de itens que possuem componentes danosos ao ecossistema e aumentar a compra de produtos reciclados ou recicláveis. A mudança do padrão de compras impacta diretamente nos padrões de produção e consumo de bens e serviços, onde o setor privado destaca-se através da inclusão social, cuidado ambiental durante seu processo produtivo e distributivo, tornando-se um potencial fornecedor das organizações públicas (DE ANDRADE, et al, 2019).

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), investigando o compromisso da instituição enquanto propagadora e incentivadora do desenvolvimento nacional sustentável, identificando se a instituição cumpre as suas metas estipuladas no PLS bem como os respectivos prazos estipulados no plano. Discutindo a necessidade de uma implementação efetiva do PLS para que as CPS sejam realizadas de modo eficiente, monitoradas adequadamente e, quando necessário, readequadas.

As CPS é um tema que têm conquistado mais espaço nas discussões acadêmicas visto que é uma ferramenta importante para a celebração do desenvolvimento nacional sustentável por parte do poder público, onde o mesmo representa um agente com alto poderio econômico capaz de influenciar o mercado pelo seu consumo sustentável. Posto isto, a CPS é um instrumento de gestão ambiental direcionada ao consumo e produção sustentáveis, que contribui para que menos recursos públicos sejam gastos, priorizando a aquisição de bens e serviços com maior durabilidade.

Neste sentido, sendo uma instituição pública, a UFPA assim como outras instituições de ensino superior representam um papel importante na ascensão de uma sociedade mais ambientalmente consciente, tendo que adequar sua gestão, ensino às legislações ambientais pertinentes executando práticas sustentáveis. De acordo com informações coletadas no PLS da UFPA, o mesmo está embasado na Instrução Normativa nº 10/2012, além do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) adotando uma gestão pública responsável e transparente, a elaboração do plano almeja a racionalização e maior economicidade dos recursos públicos direcionados para a universidade.

O plano representa o uso racional dos recursos naturais, melhora no gerenciamento dos resíduos sólidos, estímulo às práticas de sustentabilidade através de diversos eixos e suas respectivas ações, dentre eles compreende o eixo de compras e contratações sustentáveis. O planejamento e gestão das aquisições, contratações da UFPA faz parte da cultura organizacional da instituição desde o ano de 2017, através do Plano Anual de aquisições e contratações, portaria nº 5684/2017, sendo um meio de realizar aquisições de forma consciente e racional, diminuindo os malefícios de uma aquisição inoportuna ou inadequada.

Sendo assim, como as CPS representam uma política de consumo consciente por parte das instituições federais, consumo este que tem uma relação direta com a degradação ambiental, é importante analisar como estas compras são realizadas, seus critérios de sustentabilidade sendo eles econômicos, ambientais e sociais, onde o comprador considera se a aquisição de um determinado bem é realmente necessária, quais as circunstâncias da sua elaboração, qual será a sua destinação final, representando uma atenção durante toda a cadeia produtiva do bem que deseja adquirir.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo analisar as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) celebradas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), investigando-se o compromisso da instituição enquanto propagadora e incentivadora do desenvolvimento nacional sustentável. Identificando se a instituição cumpre as suas metas estipuladas no Plano de Logística Sustentável (PLS), e seus respectivos prazos.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos deste trabalho, a metodologia utilizada será de caráter dinâmico, envolvendo o acompanhamento de todo o processo de implantação do PLS e dos critérios que serão utilizados para verificar e comparar as compras convencionais e as compras sustentáveis. A partir desta comparação será possível analisar se as compras efetuadas na instituição estão usando o critério da sustentabilidade para decidir sobre a melhor proposta de compras para a UFPA, de acordo com as variáveis ambiental, social e econômica.



O método de pesquisa utilizado para o estudo sobre compras públicas sustentáveis será o estudo de caso único realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) de acordo com Lima (2011) Lakatos (2017), estudo de caso permite um levantamento mais aprofundado de dados sobre um determinado caso, tem como objetivo compreender uma determinada situação e descrever a complexidade dos fatos, é adequado para investigar um determinado evento, processo ou conjunto de pessoas, propondo-se portanto a investigação do processo de celebração das CPS através do PLS da UFPA.

O trabalho conta com informações coletadas por levantamento bibliográfico em portais de periódicos, documentos oficiais e entrevistas junto a Pró-Reitora de Administração (PROAD) e o setor responsável pelas compras Diretoria de Compras e Serviços (DCS). Verificando quais critérios são adotados para que a compra seja considerada sustentável, se há um planejamento prévio, controle sobre os gastos e relatórios.

RESULTADOS

Na busca de sustentabilidade, novos padrões de consumo e produções têm sido incentivados para a preservação dos recursos naturais e do bem-estar social (BRASIL, 2014). A gestão ambiental por parte de organizações públicas é um fator obrigatório, gestão esta reforçada a partir da elaboração do PLS definindo seus objetivos, metas e ações. Existem diversos eixos pertinentes a elaboração de um PLS, sendo as Compras e Contratações Sustentáveis de grande relevância diante do grande poder de compra associado ao Estado, o qual colabora com a sustentabilidade dependendo da forma como realiza suas aquisições de bens e serviços, que geralmente são feitas pelos processos licitatórios como estabelecido na Lei nº 8.666/1993 (DE ALMEIDA, SANO, 2018; SOUZA, et al, 2015).

Como o objetivo deste trabalho é analisar as CPS realizadas pela UFPA bem como as metas estipuladas pelo PLS da instituição, inicia-se a análise a partir do PLS para então focar nas CPS como eixo do plano. Conforme Luiz, Pfitscher e Rosa et al (2015) o PLS deve ser divulgado no site da instituição a qual pertence, tratando-se da UFPA o seu PLS foi publicado atualizado no seu site em 2019. Sendo um mecanismo de gestão orçamentária e socioambiental da UFPA o PLS tem um compromisso constitucional com práticas que abordam a racionalização dos gastos públicos, promovendo maior transparência e efetividade dos recursos disponíveis, ao passo em que, desenvolve concomitantemente, ações que promovam a consciência ambiental na sua comunidade acadêmica (UFPA, 2019).

Os dados apresentados foram coletados no PLS da instituição e analisados a partir das metas que o plano estipula bem como entrevistas nos setores responsáveis pela elaboração do PLS e setor de Diretoria de Compras e Serviços (DCS) responsável pela celebração das licitações, integrado à Pró-reitora Administrativa (PROAD) responsável pela monitorização das CPS e suas respectivas metas e relatórios. Apesar de ser compromisso da instituição a transparência dos gastos efetuados, não foi possível encontrar no site da instituição dados que exemplifiquem como os recursos financeiros direcionados à instituição foram utilizados, muito menos os gastos referentes à celebração das CPS. Em entrevistas prévias realizadas com o DCS não foram encontrados relatórios algum referentes à estes gastos, mesmo que seja meta do PLS atingir 60% dos editais na modalidade de registro de preço com critério de sustentabilidade, sendo indicador da meta o percentual de editais e contratos que possuem critérios sustentáveis a serem divulgados por meio de relatório até a data 02/2020, tal relatório não foi divulgado tornando impossível a avaliação de cumprimento da meta.

Nas entrevistas realizadas constatou-se que os servidores, em especial os pregoeiros responsáveis pelo planejamento e execução das compras, no geral não possuem um controle do que seria de fato bens e serviços sustentáveis, o material utilizado como base segundo o PLS serial o Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT), porém este, não foi mencionado pelos servidores. O PLS dentro do eixo das CPS tem entre suas metas aumentar em 5% o número de itens sustentáveis em relação ao ano anterior, ou seja, aumentar em 5% a aquisição de itens sustentáveis em 2019 referente ao quantitativo de 2018, seria medido através do percentual no aumento da aquisição de bens sustentáveis, divulgado posteriormente após o fim de vigência da ata, porém, como esse percentual não é calculado uma vez que o setor responsável pelas compras não possui dados referentes ao exercício de 2018 e até fevereiro de 2019 não havia terminado de coletar os dados de 2019, tornando inviável o alcance da meta.

Como mencionado anteriormente, a realização das CPS ocorrem por meio da execução de licitações sustentáveis, desta forma, o PLS da UFPA possui como ação a elaboração de licitações com especificações sustentáveis, adotando a exclusividade de licitação para microempresas e empresas de pequeno porte, a meta seria a celebração de no mínimo 60% dos editais na modalidade de registro de preços tendo como exigências critérios socioambientais, a ser indicado por meio do percentual de editais e contratos com tais critérios. Divulgado em relatórios anuais de análise dos editais vigentes da agenda de compras, porém, mais uma vez o relatório não foi divulgado, e dentro do setor responsável não foi informada dificuldades para a elaboração de tais relatórios, além de não haver controle sobre as informações relativas as CPS.

Autores como De Almeida e Sano (2018) esclarecem que para que as CPS sejam executadas corretamente os responsáveis pelas compras devem estar atentos aos critérios de sustentabilidade exigidos nas licitações sustentáveis, além de serem devidamente capacitados, e nas entrevistas realizadas foi possível identificar que os servidores não possuem total conhecimento do que seriam bens sustentáveis. Sem relatórios mensais ou anuais que sirvam como



mensuração de meta para a efetividade do PLS, torna a execução do plano deficitária, pois as possíveis falhas e suas devidas adequações deixam de ser levantadas devido à falta de informação.

Ficou evidente nas entrevistas e pesquisas prévias que o PLS da UFPA não cumpre inteiramente a IN nº 10/2012, artigo 12, pois os prazos para divulgação dos relatórios não foi executado, tornando inviável a avaliação do plano, dificultando com que os ajustes necessários sejam feitos, devido à falta de informação e controle sobre o PLS. Ao não cumprir o que propõe no PLS a UFPA falha em ser um modelo de sustentabilidade para a sociedade e comunidade acadêmica. Para que o PLS tenha êxito na sua implantação e implementação o mesmo deve adotar um monitoramento periódico para averiguar o seu funcionamento e dar-se os devidos ajustes para que o mesmo funcione corretamente, para isto, é preciso que sejam desenvolvidos índices ou indicadores que avaliem o Plano bem como as CPS.

A gestão orçamentária da instituição é falha no passo em que relatórios referentes aos gastos de recursos públicos não são divulgados, não há transparência, nem informe se a racionalização dos recursos públicos acontece. As CPS não estão concentradas apenas em adquirir bens e serviços sustentáveis ou socialmente responsáveis, mas também, está atrelada a economicidade dos recursos públicos, através do consumo consciente. Sendo, portanto, a devida implantação e implementação do PLS imprescindível para que a gestão orçamentária e socioambiental da instituição.

CONCLUSÕES

O Poder Público tem o dever de ajustar o desenvolvimento econômico em prol da preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações atuais e futuras, deve propiciar às gerações futuras o acesso a um meio ambiente sadio que lhes promova qualidade de vida (SOUZA, 2015). Conforme a lei nº 8.666/1993 todas as contratações de produtos e serviços da administração pública devem impreterivelmente ser feitas através de licitações, pois no processo formal das licitações são estabelecidas condições para a aquisição de produtos e serviços através de um edital ou convite, onde as empresas interessadas devem apresentar propostas de acordo com as exigências expressas (SOUZA, 2015).

A prática de sustentabilidade nos processos licitatórios permite que os recursos naturais sejam preservados, além de fazer parte de uma gestão ambiental do poder público que prega a proteção ambiental, justiça social e um desenvolvimento econômico equilibrado para as gerações atuais e futuras (SOUZA, 2015). O PLS nas universidades representa ações que produzem práticas sustentáveis na administração, sendo parte da sua gestão socioambiental, onde as CPS ao corroborarem para o desenvolvimento sustentável representam também uma gestão econômica por parte da instituição, na economicidade dos recursos públicos e consumo consciente.

Posto isto, as CPS são um eixo importante do PLS e tratando-se da UFPA a falta de relatórios de desempenho do plano demonstra uma falha na aplicação deste, enfraquecendo seu pleno funcionamento, estando em desacordo com as instruções normativas exigidas na normatização do plano. Diante a obrigatoriedade da gestão socioambiental por parte de órgãos públicos, a UFPA, enquanto instituição de ensino superior localizada na Amazônia, tem o poder de utilizar as CPS como uma ferramenta de uso consciente dos recursos públicos impactando diretamente no mercado ao sinalizar suas novas exigências quanto as suas aquisições, dando exemplo para a comunidade acadêmica e sociedade de uma prática ambientalmente responsável e estando de acordo com seu compromisso institucional de práticas de racionalização dos gastos públicos, visto que as CPS abarcam não só os critérios ambientais, ou trabalhistas nas aquisições, mas também a real necessidade da aquisição para que seja feita na quantidade adequada, no tempo oportuno, com produtos de alta qualidade que promovam uma economia de recursos a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, A. C. et al. Licitação sustentável na administração pública: um estudo de caso no tribunal regional do trabalho-14ª região. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 3, p. 435-453, 2018.
2. BRASIL. **Guia de contratações sustentáveis da justiça do trabalho**. Conselho Superior da Justiça do Trabalho, p. 1–30, 2014.
3. UFPA. Plano de Logística Sustentável (PLS). Universidade Federal do Pará, 2019. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/images/docs/PLS%20UFPA_2019_final%20-%20novo.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2020.
4. CHENG, W. et al. Green Public Procurement, missing concepts and future trends—A critical review. **Journal of Cleaner Production**, v. 176, p. 770-784, 2018.
5. DA SILVA, A. K.; BOHNKE, H. S.; DA SILVA, K. D. N. S. Considerações acerca do processo de compras verdes aplicadas às empresas públicas e privadas. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, v. 2, n. 2, p. 21-41, 2016.
6. DE ALMEIDA, A. A. M.; SANO, H. Função compras no setor público: desafios para o alcance da celeridade dos



- pregões eletrônicos. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 1, p. 89-106, 2018.
7. DE ANDRADE, L. M. et al. Contratações públicas sustentáveis como instrumentos de políticas urbanas ambientais. **Revista direitos, trabalho e política social**, v. 5, n. 8, p. 199-214, 2019.
 8. FRANCO, S. C. et al. Plano de gestão de logística sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 10, n. 4, p. 204–226, 20 dez. 2017.
 9. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
 10. LUIZ, L. C.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. DA. Plano de gestão de logística sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, p. 8, 27 out. 2015.
 11. MOREIRA, P. A.; GROTTA, R. C.; JUNIOR, C. M. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. **Latin American Journal of Business Management**, v. 8, n. 2, 2017.
 12. OECD. **Relatórios Econômicos**. Brasil. OECD, fev, 2018.
 13. RIBEIRO, M. M. C. et al. Práticas de Divulgação, Conscientização e Capacitação para a Sustentabilidade uma Proposta para as Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Administração IMED**, v. 8, n. 1, p. 146-168, 2018.
 14. SILVA, J. B. da et al. Plano de logística sustentável: um estudo em três universidades públicas federais do nordeste brasileiro. Repositório 2018.
 15. SOUZA, T.; QUELHAS, O. L. G.; GOMES, C. F. S. Contratações públicas sustentáveis: uma análise do perfil das licitações de instituições públicas brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 2, p. 477-492, 2015.